

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMPRAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - PREFEITURA MUNICIPAL DE
PETROPOLIS**

TGI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.721.828/0001-40, com sede na Av Ernani do Amaral Peixoto, 334 – Sl 513 – Centro – Niterói, Rio de Janeiro, onde deverão ser encaminhadas todas as intimações, vem perante Vossa Senhoria, com base no Art. 41, §2, da Lei 8.666/93 c/c o item 1.6. do Edital, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL**, MENOR PREÇO GLOBAL, **PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI - 260005/002121/2021**, para contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para prestar, junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado da Rede com mão de obra especializada, fornecimento de componentes e acessórios que se façam necessários, pelos fundamentos a seguir alinhavados, que deverão afinal, serem julgados inteiramente subsistentes, com a consequente revisão da matéria impugnada, retornando o ato convocatório à real subordinação aos ditames legais.

I – DOS FATOS E FUNDAMENTOS

O instrumento convocatório no item 1.6 prevê. que “... **formular impugnações ao presente edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão ...**”. Tendo em vista que o pregão ocorrerá em 08 de dezembro de 2021, a presente impugnação é TEMPESTIVA.



A presente peça busca impugnar no item 12.5.2.1, relativo a Qualificação técnica- profissional, que cabe aqui a transcrição:

12.5 Qualificação Técnica

12.5.1) Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei n.º 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

12.5.2 Quanto a capacidade técnica – profissional

12.5.2.1 Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica ou Termos de Responsabilidade Técnica fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado registrado no CREA e/ou CAU e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), e devidamente acompanhados da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA e/ou CAU e/ou CRT, em nome de seu(s) responsável (is) técnico(s) - **Engenheiro Mecânico e/ou técnicos industriais habilitados para execução dos serviços** -, onde fica comprovada a execução de serviços semelhantes ao objeto do presente Edital. (GRIFO NOSSO)

12.5.3 Quanto a capacitação técnico-operacional

12.5.3.1 Apresentação de um ou mais Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificado em nome do licitante, relativo à execução de serviços, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

Observa-se que edital passou a igualar a prestação de serviço de engenheiro, profissional com formação de 3º de Grau, que pode conter diversos tipos de especialização, a um serviço prestado por técnicos industriais, um profissional técnico com formação de 2º grau.



Ora, é sabido que um engenheiro para sua formação acadêmica estuda em média 5 anos para se formar e agregar o seu conhecimento, como isso disponibiliza um trabalho com maior conhecimento de causa e maior segurança para aqueles que os contrata.

Trocar um profissional com conhecimento especializado pelo conhecimento do técnico industrial, não seria a melhor escolha para a administração pública, visto que a sua formação ocorre no máximo em 2 anos. Essa ação pode gerar diversas falhas na prestação de serviço.

Sabe-se que Administração Pública deve primar pelo interesse público e consequentemente pela segurança dos serviços a serem prestados, com isso não se pode igualar o conhecimento e a técnica entre profissionais com níveis e formações distintas.

Assim, o edital mostra-se incoerente ao igualar o engenheiro e o técnico industrial. Além disso, os profissionais diferem em salários, o que acaba por interferir no valor final da proposta a ser apresentada pelo participante.

O participante ter um profissional engenheiro em sua está primando pela excelência da prestação do serviço e utilizando-se do profissional melhor qualificado e apto para execução do objeto licitado.

Além disso, não podemos esquecer que a Resolução 123 da CFT, se apresenta de forma inconstitucional, pois equipara categorias, quando na verdade trata-se de profissionais com conhecimentos distintos, tendo em vista a diferença de nível de conhecimento/escolaridade entre eles.

A utilização de um profissional técnico industrial para execução de serviço que exige formação de ensino superior, pode ser de grande risco para Administração Pública, tendo em vista a ausência de capacidade do profissional contratado. Portanto entende-se como sendo



temerária a contratação de um técnico para execução de trabalho de engenheiro, pois apesar da lei de licitação primar pela economicidade, acima de tudo ela prima pelo interesse público, e a qualidade do serviço a ser prestado.

Um dos princípios que regem as licitações é o **Princípio da Vantajosidade**, o qual encontra-se expresso no art. 3º da Lei 8666/93. É de fundamental importância que se compreenda o Princípio da Vantajosidade e, mais especificamente, que se entenda o conceito de “vantajosidade” no âmbito de licitações. Quando se fala em vantajosidade, logo se remete à questão econômica. Entretanto, **a melhor proposta não deve ficar atrelada apenas ao valor econômico do serviço a ser contratado, mas também à qualidade. Em licitações, a vantajosidade caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por meio da execução do contrato.**

O gestor público deve sempre ter em mente que a contratação vantajosa é aquela que reflete o melhor gasto pela Administração Pública, sendo que o “melhor gasto” deve gerar economia aos cofres públicos, e proporcionar eficiência e qualidade aos serviços.

Ensinaamentos da doutrina sobre o tema:

“A **vantagem** caracteriza-se como a **adequação e satisfação do interesse** coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos interrelacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a **Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação**



custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12a Edição, Dialética, pág. 63)

Diante de todo o exposto, requer o acolhimento da presente impugnação promovendo-se a devida alteração e adequação no edital do certame, com a sua consequente republicação e com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.

II - DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:


Que seja alterado do edital no subitem 12.5.2.1, para EXCLUIR o técnico industrial, tendo em vista a inconstitucionalidade da Resolução 123 da CFT, deve a licitante primar pela economicidade, pelo interesse público, e a qualidade do serviço a ser prestado, conforme exposto alhures.

Determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

Nos termos.

Pede deferimento

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2021.


Isabela Petra Sá Coelho
TGI Construções e Serviços
CNPJ: 08.721.828/0001-40

TGI Construções e Serviços Ltda.